

IDEOLOGIA E CIÊNCIA: POLARIZAÇÃO E FORMAÇÃO DAS IDEIAS

Por Rodolfo Queiroz Laterza*



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

Entre valores, crenças e evidências, a formação das ideias revela as tensões entre ideologia e método científico. O artigo examina como a subjetividade, o contexto social e a polarização desafiam a interpretação da realidade e os limites da objetividade.

1. INTRODUÇÃO

Após o fim do conflito bilateral ideológico, consumado com a dissolução da União Soviética, as correntes políticas doutrinárias se amoldaram a um pragmatismo político voltado à preservação das esferas de poder, dissociando as práticas de governança das balizas programáticas e ontológicas que fundamentaram as ideologias políticas e suas derivações.

O espectro ideológico-político, da mesma forma, ainda mobiliza percepções e sentimentos e deflagra uma carga sentimental e valorativa nas sociedades, através da canalização do discurso centrado na captação da atenção, na desconstrução e na

instrumentalização das múltiplas configurações da linguagem e das polissemias dos conceitos e das narrativas apresentadas ao indivíduo socialmente movido para direcionamentos de interesses externos.

A mobilização e o engajamento mediante o recurso setorial ou massificado de uma narrativa ideológica podem utilizar metodologias científicas inerentes à psicologia de massas, à conformidade social e às técnicas de manipulação cognitiva. Porém, o rigor doutrinário da ideologia política deixou de ser a premissa fundamental na conquista e preservação do poder político, correspondendo a um instrumento de discurso e formação de crenças não necessariamente prováveis ou objetivamente realizáveis.

Este artigo explora a dicotomia entre a ideologia como valoração ideal de uma perspectiva de mundo social e o método científico que busca a objetividade dos fenômenos, expondo como a polarização política e ideológica se baseia em premissas de caráter anímico e subjetivo, não falseáveis e, portanto, não aplicáveis a uma cientificidade, ainda que se utilizem, na composição das bases doutrinárias, ciclos e etapas com metodologia científica.

2. A VALORAÇÃO IDEAL E A SUBJETIVIDADE COMO SENTIDOS INTRÍNSECOS ÀS IDEOLOGIAS

A formação de qualquer ideia e sistema de crenças se vincula à evolução da consciência e do conhecimento da espécie humana, moldando sociedades e estabelecendo as bases de fundação da civilização moderna, com sua variedade e pluralidade de mecanismos de funcionamento. No mundo atual, a formação de ideologias se propaga substancialmente com a maior amplitude e velocidade de circulação das ideias, através da revolução cibernética e dos meios digitais de comunicação de massa, formatando consciências e uma consequente profusão de crenças que muitas vezes contrariam as verdades objetivamente estabelecidas pelo método científico, criando-se insegurança social e polarização política e ideológica nas estruturas sociais.

Não existe, no curso da história, uma ideia isoladamente predeterminada e que defina uma causalidade central perante as demais, de modo a se refutarem aquelas que não sejam uma consequência ou um desdobramento causal evolutivo de um arquétipo inaugural centralizado. A construção das ideias pelos autores se pautou pela junção, inspiração e composição de outras ideias já consolidadas ou em desenvolvimento, inclusive quando confrontadas por sistemas de ideias e valores antípodas. Como toda ideia humana acaba por constituir um ato social, este é dinamizado em função de cada contexto em que é constituído, sendo, pois, o contexto social, histórico, cultural e

valorativo que influencia uma direção de pesquisa ou de construção de um sistema de ideias.

As ideologias acabam por corresponder a visões de mundo especificamente propostas para aquele contexto e se vinculam inevitavelmente à posição de uma classe social que tenha interesse em sustentar ou modificar o sistema social vigente. Dessa forma, o impulso na formação de um sistema de ideias já pressupõe um contexto que o amolda pelas circunstâncias existentes e de acordo com uma visão própria de vida.



A formação das ideias envolve influências recíprocas entre contexto histórico, social e cultural, valores, experiências e interpretação da realidade. Síntese conceitual da argumentação do artigo.

A tentativa de separar o espectro das ideias alicerçadas em dogmas ideologicamente definidos das categorias e classificações objetivamente estabelecidas pelo método científico, no seu propósito de conceber validades universais pela verificação, testagem, experimentação, refutação e observação, tornou-se fragilizada a partir dos estudos de Thomas Kuhn, que expôs como até uma linha de pesquisa científica acaba por ser influenciada por uma carga valorativa prévia, inclusive, por vezes, guiando-se por critérios metafísicos e valorativos com carga intrinsecamente subjetiva. A refutação, nos estudos de Kuhn, do sistema lógico-experimental proposto por Karl Popper, baseado na adoção sistemática da falseabilidade como conceito de refutação de uma ideia não aplicável à possibilidade de ser atestada como falsa, tornou difícil obter uma metodologia científica uniforme que identifique, em uma teoria, o que possui caráter ideológico e o que se definiria como tipicamente científico.

Os textos ideológicos dependem, no âmbito de sua compreensão, do contexto sociocultural do autor que os produz e do destinatário que os interpreta, dentro de uma visão própria do mundo, ainda que não sejam voluntariamente ideológicos. Neles, podem-se verificar manifestações de uma forma de pensamento que acrescentam uma generalidade para além das circunstâncias históricas, caracterizando-se, pois, como uma teoria socialmente aceita em diferentes etapas históricas. No contexto da história das ideias, a metodologia própria para seu estudo deve ter em consideração prevalente o sistema cultural em que a ideia se processou, buscando-se decodificar o propósito do autor ao proferir aquela palavra ou sentença no seio de um contexto histórico específico. O contexto sociocultural do autor deve ser o referencial obrigatório na interpretação do elemento finalístico de determinada ideia ou crença de valores apresentada mediante os meios existentes de transmissão de conteúdo, inclusive pela oralidade e pela tradição.

3. A IMPOSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO CIENTÍFICA DAS IDEOLOGIAS POLÍTICAS CONFORME A SOLUÇÃO DA FALSEABILIDADE DE POPPER

Os textos científicos, da mesma maneira que aqueles ideologicamente produzidos, nascem como resposta temporal ou duradoura aos problemas de uma época e se vinculam igualmente ao contexto social e cultural que os define. A natureza eminentemente objetiva de uma teoria científica não se verifica em sua essência de formação, uma vez que fatores valorativos, ainda que não deliberados, definem a interpretação e o trabalho dos cientistas, principalmente em conformidade com o contexto histórico e social vigente.

Mesmo com a aplicação da solução de Popper, baseada no pressuposto de que a admissibilidade de um sistema como científico deve se basear na consideração de que a hipótese original de uma ideia ou marco teórico seja suscetível a uma falsificação, contendo, pois, elementos que permitam uma refutação empírica, há dificuldades de se diferenciar um sistema puramente ou parcialmente ideológico daquilo que se afigura com segurança como científico e sujeito a leis universais identificáveis por metodologia sistematizada. Para Popper, portanto, a possibilidade de que uma ideia seja refutada como empírica é o ponto de partida essencial de sua lógica para se entender o que é científico. A característica distintiva da ciência em relação a qualquer ideia é a satisfação dos critérios de testabilidade, refutabilidade ou falseabilidade para qualquer sistema de conhecimento que se possa validar não pela busca da veracidade, mas pelo critério negativo da refutação, pela experiência, de uma proposição científica empírica.

Entretanto, a lógica proposta por Popper acaba por aplicar critérios externos que transcendem a racionalidade e o escopo da teoria e do saber científico, pois a formação de padrões universais objetivamente auferidos pode advir do saber comum compartilhado e deve obedecer às regras que sejam adequadas à situação em exame, posto que somente estas garantem a rigorosa objetividade da validade científica, na visão de Habermas. Além disso, as suposições diretivas que direcionam a ciência não deixam de se impregnar de carga valorativa inerentemente subjetiva ou que carrega uma visão de mundo do pesquisador ou cientista, na visão de Kuhn.



Ideologia e ciência possuem critérios distintos, mas compartilham influências socioculturais na escolha de problemas e na interpretação da realidade. A sobreposição representa relações conceituais, não equivalência entre os campos.

A interpretação dos dados e mesmo do objeto de determinada teoria científica sofre influência dos critérios pessoais ou de classe daquele pesquisador, o que concorre para se subtrair qualquer característica puramente objetiva de uma teoria ou pesquisa científica. Os conceitos e valores da organização a que pertence o pesquisador, sua visão de mundo, suas escolhas de vida e mesmo seus valores culturais se transformam em parâmetros críticos de uma ideia exposta em circunstâncias sociais, políticas e econômicas diversas. E a análise crítica de outros pesquisadores e cientistas cede lugar a uma classificação valorativa de acordo com os mesmos pressupostos de análise, contribuindo para que se afaste ainda mais da neutralidade e da objetividade inerentes de uma proposição científica.

Dessa forma, a história das ideias acaba por demonstrar uma tensão polarizada e uma interpenetração de similaridades entre ideologia e ciência, havendo a necessidade de se

buscar uma complementaridade entre métodos próprios da filosofia das ciências para que se possa construir uma separação entre ideologias que usem critérios científicos, ideologias baseadas em sistemas de crença puramente valorativos e subjetivos e teorias científicas que possuam menor influência valorativa.

4. A PERMEABILIDADE E A POLISSEMIA DO CONCEITO DE IDEOLOGIA

Em síntese bem delimitada quanto ao plano conceitual, SHAW *et al.* (p. 32, 1982) definem as ideologias como “*visões de mundo que correspondem à posição de classes e de grupos sociais cujo interesse no sistema social existente, e cuja incapacidade para modifica-lo, os impossibilita de vê-lo como um todo*”. Dessa forma, as ideologias seriam “*visões de mundo que, apesar de suas análises parciais e possivelmente críticas, evitam que possamos compreender a sociedade na qual vivemos e torna impossível qualquer mudança na mesma*” (SHAW *et al.*, p. 32, 1982).

O termo “ideologia” foi introduzido no século XVIII pelo filósofo e economista francês A. L. K. Destut de Tracy. Por ideologia, ele entendeu a doutrina das ideias, sua origem e verdade, o que permite estabelecer bases sólidas para a política, a ética etc. Suas tarefas incluem estabelecer a falsidade das ideias religiosas, filosóficas e políticas. A ideologia, a partir do século XIX, passa a ser considerada como “*uma doutrina mais ou menos destituída de validade objetiva, porém mantida pelos interesses claros ou ocultos daqueles que a utilizam*” (ABBAGNANO, p. 532, 2007).

Toda ideologia, no processo de sua construção e difusão, necessita de uma linguagem e de uma significação que corroborem sua materialidade específica, constituindo indivíduos concretos em sujeitos. Para ALTHUSSER (1970), a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência, possui existência material e, finalmente, interpela os indivíduos em sujeitos. Os homens possuem a necessidade de, a partir da ideologia, promover uma transposição imaginária de suas condições reais de existência para representá-las, o que acaba por levar, de acordo com contextos sociais muito particulares, a teorias conspiratórias, mitologias e visões de mundo inerentemente subjetivas e anímicas. Nesta subjacência explicativa, a ideologia vem a ser confundida e erroneamente simplificada como alienação e falsa consciência.

O fator contextualizador da formação de uma ideologia específica é a sua relação intrínseca com as condições reais de existência por meio da qual ela é representada. Por terem uma existência material, as ideias e representações que moldam o arcabouço de

determinada ideologia não se apliquem a uma dimensão puramente espiritual, pois as ideias humanas são expressas em atos que se afirmam socialmente.

A ideologia se constitui em práticas reguladas por rituais em que se inscrevem estas práticas, no interior da existência material de um aparelho ideológico, ou mesmo no interior de uma pequena parcela desse aparato: em uma igreja, em uma reunião de associação, no encontro de uma agremiação partidária etc. Dessa forma, mesmo na perspectiva de um único sujeito, a existência de sua crença é material, ainda que ontologicamente espiritual, porque suas ideias são atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas pelo aparelho ideológico material de onde são extraídas as ideias do sujeito (DEBERT, 1979).

Por consequência, toda ideologia interpela os indivíduos concretos em sujeitos, conforme a referência ao *“foro mais íntimo de suas consciências...o ‘sujeito’ que realiza opções morais e escolhe valores que orientam sua ação, sem pensar na dimensão social que os envolve”* (DEBERT, p. 37, 1979). Na acepção corrente, o termo “sujeito” significa, neste contexto, uma subjetividade livre, na qual a pessoa é autora e responsável pelos seus atos, e um ser a ser “sujeitado”, submisso a uma autoridade superior, destituído, portanto, de toda liberdade, excetuando-se aquela relativa à aceitação livre desta submissão (DEBERT, 1979). Para ALTHUSSER (1970), o indivíduo é interpelado em um sujeito livre e assim considerado para se submeter livremente às ordens de um sujeito que detenha potência e capacidade de imprimir sua autoridade.

5. CONCLUSÃO: A IDEOLOGIA COMO FONTE DE PENSAMENTOS NÃO CIENTIFICAMENTE DEMONSTRATIVOS QUANTO À COMPROVAÇÃO DE SUPERIORIDADE E À IMPOSSIBILIDADE DE REFUTAÇÃO OBJETIVA

Os fenômenos sociais afetam tão fortemente os interesses das pessoas que elas (pessoas), imaginando que estão expressando a verdade objetiva, de fato expressam seus interesses, apenas dando-lhes uma forma enganosa de verdade. Além disso, as pessoas praticamente não precisam da verdade, de toda a verdade e apenas da verdade sobre os fenômenos sociais. Os homens produzem ideias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual e social e suas relações com a natureza e com o sobrenatural. Essas ideias ou representações tendem a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política (CHAUÍ, 1983). Há um processo de *“ocultamento da realidade social”* (CHAUÍ, p. 21, 1983) que se identifica com a formação ideológica de uma vertente do saber humano.

Por vezes, a ideologia é vista como uma coleção de ideias falsas sobre a realidade. Ideologia é um conceito que tradicionalmente denota um conjunto de ideias, teorias, visões, *slogans* políticos, documentos de programa de partidos e conceitos filosóficos, através dos quais as atitudes das pessoas em relação à realidade e umas às outras são realizadas e avaliadas. Ao mesmo tempo, essas ideias podem refletir os principais interesses de vários grupos sociais.

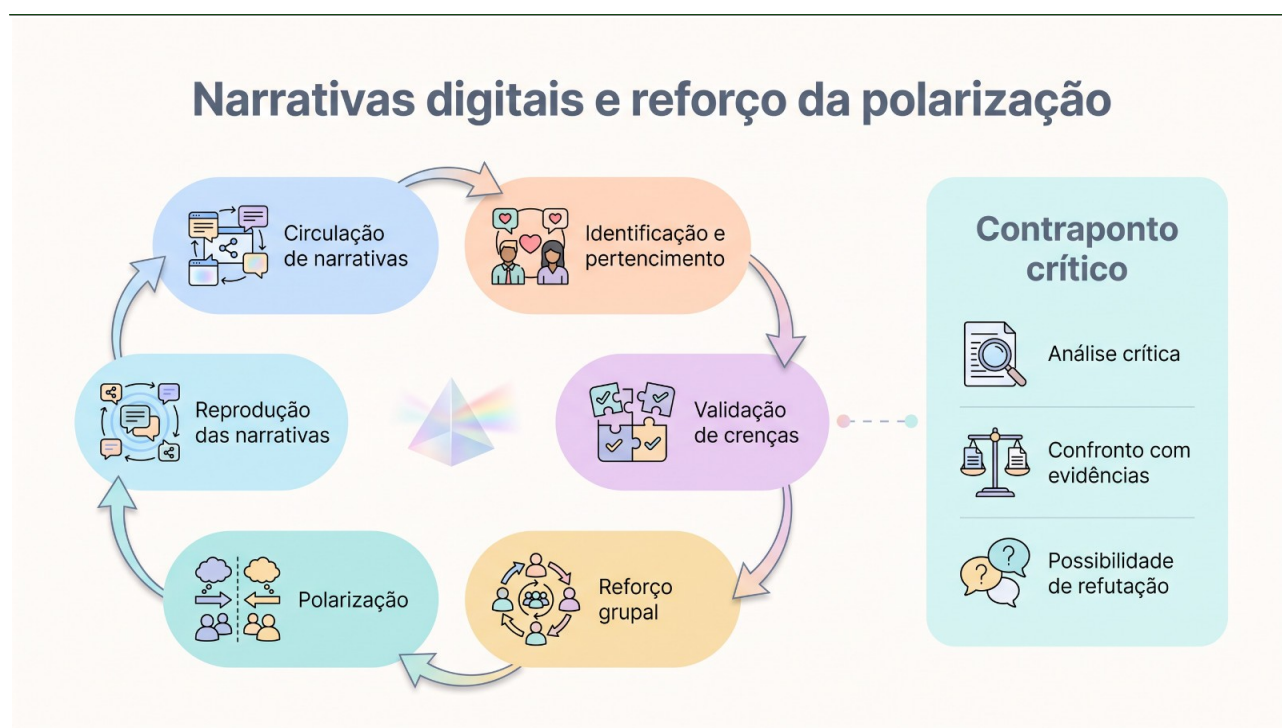
No período pós-guerra, um papel significativo no desenvolvimento dessa abordagem foi desempenhado pela obra de H. Arendt, *“As Origens do Totalitarismo”*. Em sua opinião, *“quando uma determinada definição de realidade é combinada com um interesse de poder específico, pode-se chamar de ideologia”*. As ideologias criam para seus adeptos uma realidade social reconhecida coletivamente. Nesse caso, via de regra, os interesses privados são apresentados como gerais. Portanto, a ideologia revela a atitude das pessoas para com a realidade e entre si e dá uma interpretação dos problemas e conflitos sociais, incluindo metas e programas de atividades sociais. As ideologias desempenham um papel particularmente importante na formação da imagem do passado. Nisto pode-se notar sua semelhança com a ciência, que cria “imagens do mundo”. O conhecimento ideológico inclui uma abordagem avaliativa da realidade social, a interpretação do papel de certas forças e movimentos políticos e a construção de uma imagem “correta” (para um determinado grupo social) da realidade social.

De acordo com os estudos de Karl Mannheim (1972), a ideologia corresponde ao conjunto de contrafações mais ou menos deliberadas de uma situação real cujo exato conhecimento contraria os interesses de quem sustenta uma determinada ideologia. Para o sociólogo em referência, *“o estudo das ideologias se atribuiu a tarefa de desvendar os enganos e disfarces mais ou menos conscientes dos grupos de interesse humanos, especialmente os dos partidos políticos”* (MANNHEIM, p. 287, 1972). Portanto, em sentido mais geral, na visão de Mannheim, entende-se por ideologia uma determinada visão do mundo de um grupo humano, como, por exemplo, de uma classe social. Uma concepção total e não particular de ideologia, para Mannheim (p. 288, 1972), corresponderia *“ao modo global de o sujeito conceber as coisas, tal como determinado por seu contexto histórico e social”*, sem considerar a perspectiva de análise de uma falsificação, ao passo que as concepções particulares de ideologia corresponderiam a *“expressões cuja falsidade é devida à ilusão de si mesmo ou de outros, intencional ou não, consciente, semiconsciente ou inconsciente, que ocorre em um nível psicológico e se assemelha estruturalmente à mentira.”* (MANNHEIM, p. 287, 1972).

A filosofia moderna, tendo abandonado a compreensão da ideologia como conhecimento falso e ilusório, considera a ideologia como um mecanismo especial de reprodução da realidade, de interpretação do papel de certas forças e movimentos políticos e de

construção de uma imagem “correta” (para um determinado grupo social) da realidade social. A ideologia, portanto, acaba por corresponder a uma representação social de uma realidade idealizada conforme a expectativa de realização e intervenção dos fatores reais de poder, sem contradições com as premissas e os valores estabelecidos como fim ideal para aquela construção ideológica, de modo que a realidade buscada e desejada finalisticamente não seja passível de refutação objetiva ou questionamento objetivo quanto à sua aplicação, ainda que a realidade material seja inexoravelmente impeditiva quanto à concretização dos ideais programados.

Neste contexto, as polarizações ideológicas mascaram processos de fragilidade cognitiva e dissonância grupal, dependendo da aderência de indivíduos com necessidade de pertencimento social ou validação das crenças já internalizadas em processos mentais de impacto perene na adequação do sujeito àquela narrativa moldada por uma construção ideológica específica.



O circuito sintetiza a argumentação do artigo sobre narrativas, pertencimento e reforço de crenças na polarização. A análise crítica e o confronto com evidências aparecem como contrapontos, sem representar uma solução automática.

Por fim, deve-se dizer que, embora se verifique uma polarização ao longo dos estudos de Popper e Kuhn, consideramos a perspectiva de uma complementaridade plausível e auferível a partir de ambas as abordagens na distinção entre teorias científicas, ainda que impregnadas de cargas valorativas ideológicas, e ideologias desprovidas de embasamento factual e não verificáveis no plano sistemático da experiência e da racionalidade analítica que deve embasar o planejamento de um sistema de ideias racionalizado e objetivamente validado. Para Kuhn, com as revoluções científicas, os

paradigmas se renovam, pois os anteriores são substituídos depois de um período de crise dentro da própria ciência, e estas crises se manifestam a partir de controvérsias ao redor de metodologias, teorias, valores e conceitos no próprio sistema científico.

Quando surgem novas concepções paradigmáticas, dá-se início a um período de transição, e a refutação empírica baseada na análise da cientificidade pela falseabilidade proposta por Popper tem bastante importância, principalmente na era atual, fundada no senso comum e na formação de crenças pelos meios digitais e meios de comunicação social propiciados pela rede mundial de computadores, com profusão ilimitada de crenças e formação de paradigmas recortados e desvirtuados, criando-se ideologias plásticas e instantâneas que acabam por influenciar a narrativa e o imaginário coletivo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2007.

BARRETO, Vicente. *Ideologia e Política no Pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.

CHAUÍ, Marilena. *O que é Ideologia?* São Paulo, 12ª Ed. Editora Brasiliense, 1983.

DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e Populismo: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola*. São Paulo, Biblioteca básica de ciências sociais: série 1: Estudos Brasileiros; v. 2, T.A. QUEIROZ EDITOR, 1979.

FRANCELIN, Marivalde Moacir. *Ciência, senso comum e revoluções científicas: ressonâncias e paradoxos*. Revista IBCT, 2005. Disponível em <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1030/1088>.

GARCIA, Janaina Pires. *Embates teórico-filosóficos entre Thomas Kuhn e Karl Popper: como pensar a atividade científica hoje*. Revista Educação Pública, ISSN: 1984-6290, 2012.

LAUDAN, Larry et al. *Dossiê Filosofia da Ciência*. Estudos Avançados 7 (19), Ed. LEA/USP, 1993.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.

BLACKBURN, Robin (Org.). *Ideologia na ciência social: ensaios críticos sobre a teoria social*. Rio de Janeiro; Ed. Paz e Terra, 1982.

***Rodolfo Queiroz Laterza** é delegado de polícia, historiador e pesquisador em geopolítica e conflitos militares. É pós-graduado em Políticas de Gestão em Segurança Pública e mestre em Segurança Pública. É coautor dos livros “Manual do Delegado: Teoria e Prática”, “Guerra na Ucrânia: Análises e Perspectivas – O Conflito Militar que está Mudando a Geopolítica Mundial” e “Guerra Russo-Ucraniana: O Conflito que Redesenhou a Geopolítica Mundial”. É responsável pelo “Curso de Combate às Organizações Criminosas e à Corrupção”, além de palestrante nas áreas jurídica e ciência policial, terrorismo e crime organizado. É diretor de Análise e Inteligência do Instituto GSEC.
